

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16385 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

EJA-EPT (PROEJA) NA TENSA DISPUTA ENTRE CAPITAL E TRABALHO

Guilherme Brandt de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

EJA-EPT (PROEJA) NA TENSA DISPUTA ENTRE CAPITAL E TRABALHO

RESUMO: O presente estudo objetiva identificar como se apresentam as tensões entre capital e trabalho nos projetos pedagógicos de dois cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) situados no mesmo *campus* de um Instituto Federal. Para tal, faremos uso da contribuição marxista para análise de documentos de política educacional, conforme sistematizada por Evangelista e Shiroma (2019). Iniciando com uma contextualização do *campus* e com a historicização do processo de construção dos documentos curriculares, a análise focar-se-á em dois aspectos principais: a organização da matriz curricular e a presença de componentes curriculares nos quais a tensão entre capital e trabalho adquire maior visibilidade. Conclui-se que é possível verificar a tensão entre capital e trabalho em cada um dos documentos curriculares, bem como entre eles, e que, no entanto, a existência de dois cursos de EJA-EPT em um mesmo *campus* é, por si só, de interesse da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: EJA-EPT (PROEJA). Documentos Curriculares. Análise de Documentos de Política Educacional. IFRS – *Campus* Restinga.

No estado do Rio Grande do Sul há três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), somando atualmente 42 *campi* em atividade. No entanto, a oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) ainda é bastante restrita: apenas 17 *campi* ofertam vagas em cursos técnicos integrados ao ensino médio nesta modalidade, sendo que em 16 destes há apenas um curso. Neste estudo, nos debruçaremos justamente no que oferta dois cursos de EJA-EPT de nível médio: o *campus* Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Objetivamos analisar os seus projetos pedagógicos de curso (PPCs) e, de forma mais específica, como se apresenta nestes a disputa entre capital e trabalho. Para tal, faremos uso da contribuição marxista para análise de documentos de política educacional, conforme sistematizada por Evangelista e Shiroma (2019).

O *Campus* Restinga, localizado no bairro de mesmo nome no extremo sul do

município de Porto Alegre, é resultado direto da combinação de lutas históricas da comunidade organizada junto a um determinado momento histórico-político, situado entre 2003 e 2016, no qual a educação profissional tornou-se uma das pautas prioritárias do governo federal. Sob o argumento da necessidade de formação de mão-de-obra para um momento de crescimento econômico, promoveu-se a conversão de instituições de educação profissional previamente existentes em IFs, assim como a criação de centenas de unidades pelo Brasil. Com uma orientação político-pedagógica fortemente influenciada pela atuação de intelectuais ligados ao GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Ramos, 2023), estas novas instituições vêm promovendo a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Para um bairro como a Restinga, notadamente de classe trabalhadora, a conquista de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) representou uma grande possibilidade de acesso à formação qualificada. Logo em seus primórdios, iniciou-se a oferta de um curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com o técnico em Recursos Humanos, posteriormente substituído pelo de Comércio. Alguns anos depois, avançou-se na criação de um segundo curso de EJA-EPT, o de Agroecologia, em um processo eivado por disputas (Quadros *et al.*, 2017) que apontam para um tensionamento entre os interesses do capital e do trabalho na formação dos sujeitos.

Pretende-se, aqui, analisar os projetos pedagógicos vigentes dos dois cursos em questão (IFRS, 2016; 2017) nos marcos do materialismo histórico-dialético. Neste referencial, “a disputa do currículo não é uma questão exclusivamente escolar; antes, trata-se de uma disputa pelo projeto de sociedade travado mais amplamente na luta de classes” (Ramos, 2016, p. 2). Assim, de forma comprometida em alcançar a essência do documento estudado, adotamos a lógica dialética de interpretação da realidade – a qual deve levar em consideração as chaves da historicidade, da totalidade e da contradição – para permitir uma análise realmente densa dos documentos curriculares.

Dessa perspectiva deriva que não vemos o mundo como ele é; assim também a política em sua concretude não pode ser apreendida imediatamente na documentação. Necessitamos das mediações da teoria, da intelecção, da disciplina intelectual, da reflexão para que possamos ultrapassar os fenômenos, descolarmo-nos de sua aparência imediata para conhecê-los em suas determinações, isto é, alcançar sua essência. O documento indica a essência da política, mas, ao mesmo tempo, esconde-a. Necessitamos de um método para desconstruir este todo ingenuamente percebido em sua aparência, para chegarmos à produção de teoria, de conhecimento sobre o objeto, sua estrutura e sua dinâmica (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 89-90).

A própria forma de elaboração dos documentos analisados já denota contradições. Os dois PPCs foram elaborados coletivamente, com pessoas as quais não necessariamente irão concordar entre si em um número de aspectos e que carregam internalizadas em si, consciente ou inconscientemente, interesses do capital e/ou do trabalho. Identificamos que tais

discordâncias por vezes revelam-se em composições textuais antagônicas: aparentes faltas de coerência internas ao próprio documento revelam-se, na verdade, frutos de seu processo de construção. O PPC de Comércio nos afirma ter havido uma comissão constituída de servidores do próprio *campus* Restinga (IFRS, 2016, p. 3) que, para decidir qual curso seria ofertado, consultou a comunidade externa através de pesquisa de opinião e de entrevistas com pessoas da região ligadas à área de gestão e negócios (IFRS, 2016, p. 18). No caso do curso de Agroecologia, houve um processo iniciado por um edital para a escolha do curso, no qual diversas propostas foram apreciadas; passando por um grupo de trabalho com representação de servidores e da comunidade externa; até se chegar à constituição de um “Fórum de Saberes Múltiplos”, o qual, através de uma metodologia participativa mediada por servidores do IFRS e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater),

[...] reuniu, no Instituto Federal da Restinga, dezenas de pessoas com vínculos em representações como associações comunitárias, órgãos do governo, coletivos tradicionais, ONG's, certificadoras agroecológicas, entre outras, que ali estiveram com a intenção de colaborar para a construção pedagógica do curso (IFRS, 2017, p. 13).

Nas limitações deste espaço, centraremos em dois aspectos que consideramos fundamentais para compreender a tensão entre capital e trabalho nos documentos analisados: a organização da matriz curricular e a presença de componentes curriculares nos quais tal tensão adquira maior visibilidade. É importante lembrar que, sendo documentos institucionais, são regrados por normativas (leis, decretos, diretrizes, entre outras) as quais também são expressões de um momento específico da luta de classes e que, por vezes, vão se sobrepor às intenções da equipe elaboradora do projeto pedagógico, tensionando a disputa para um polo ou para outro.

O curso de Comércio possui uma matriz curricular na qual os componentes de formação geral e os de formação profissional mantêm-se em uma proporção relativamente constante entre si ao longo de todo o curso. Isto permite que, ao final, os trabalhadores-alunos (Fischer; Franzoi, 2009) ainda estejam acessando conteúdos da formação geral que lhes serão cobrados na seleção ao Ensino Superior. O de Agroecologia, por sua vez, inicia com uma predominância da carga horária de formação geral e termina com ampla predominância da de formação profissional (a título de exemplo, no último semestre há apenas um componente curricular de formação geral). Evidentemente, por mais que se objetive a integração, isto gera um distanciamento temporal dos conteúdos aos exames de acesso ao nível superior. Cabe a reflexão de como se pode ofertar as cargas horárias dos cursos de uma forma equilibrada durante toda a sua extensão, objetivando tanto a formação para a inserção e vivência crítica do mundo do trabalho quanto a possibilidade de prosseguir com os estudos, não cabendo limitar as perspectivas dos seus egressos, mas sim ampliá-las.

Na análise qualitativa dos componentes curriculares ofertados, vemos que o curso de Comércio possui uma tensão maior entre capital e trabalho do que o de Agroecologia, o qual, talvez pela forma de sua construção, tem uma linha mais uníssona na perspectiva dos

interesses do trabalho. Ao longo da leitura, foi possível identificar que, embora o PPC de Comércio se escore majoritariamente em concepções e referências mais interessantes ao capital do que ao trabalho, o tensionamento está presente. Há componentes como o de Educação e Trabalho (3 períodos de aula por semana, embora ele ocupe carga horária da formação básica, não da profissional), com referências da Educação Popular como Carlos Brandão, da Sociologia do Trabalho como Ricardo Antunes e do campo Trabalho-Educação como Acácia Kuenzer; e, em outro semestre do mesmo curso, o de Empreendedorismo (5 períodos por semana).

E ainda que o conceito de empreendedorismo seja amplo, considerando a realidade em sua prática produtiva e reprodutiva, ganha diferentes contornos para seguir tentando “enquadrar” toda a força de trabalho no tal espírito empreendedor [...]. O importante é que a força de trabalho internalize e externalize, em sua atividade laboral, as práticas desejáveis pelo capital de acordo com o papel que venha a desempenhar na divisão social (e internacional) do trabalho (Ferraz, 2019, p. 99).

Ao mesmo tempo em que há nas bibliografias a presença dos “Princípios da Administração Científica”, de F.W. Taylor, há também “A Corrosão do Caráter”, de Richard Sennett. Ao mesmo tempo em que se vê a redução do programa de componentes de Matemática às questões de educação financeira e instrumentalização para o comércio, em História há discussão sobre capitalismo *versus* comunismo e sobre resistência anti-imperialista na América Latina. Estas tensões presentes no currículo do curso evidenciam o seu caráter de território em disputa (Arroyo, 2013).

Já o curso de Agroecologia, desde seus princípios filosóficos e pedagógicos, tem como objetivo autodeclarado colaborar com a “construção de proposta emancipatória alternativa” (IFRS, 2017, p. 39) para as vidas dos trabalhadores-alunos.

[...] a educação agroecológica, emancipatória e comprometida com a cidadania e com a construção da qualidade social da vida, deve necessariamente ser contextualizada, buscando compreender e superar as contradições, de forma dialógica e em busca da justiça social (IFRS, 2017, p. 38).

Coerentemente com esta proposta, vemos, dentre outros, componentes como: Educação Popular; Gênero, agroecologia e emancipação social; e Economia Solidária. Sobre esta última, entendemos que ela contém um contraponto ao Empreendedorismo visto no curso de Comércio, pois “ao mesmo tempo que estimula maior funcionalidade do sistema, ela fortalece ou suscita a constituição de novos atores coletivos, portadores de uma crítica teórica, política e filosófica à ordem social atual, e de um projeto de substituição global” (Gaiger, 2004, p. 828).

Em síntese, conclui-se que pode ser verificada a existência da tensão entre capital e trabalho internamente a cada um dos documentos curriculares, mas também entre eles, na própria convivência de cursos com as características como a dos analisados em um mesmo espaço-tempo. Ressalta-se, no entanto, que a oferta de dois cursos de EJA-EPT em um

campus, ainda mais em um como o da Restinga, é, por si só, um tensionamento a favor do polo do trabalho: há ainda um enorme contingente de pessoas, eminentemente trabalhadores, demandantes da escolarização em nível médio e de sujeitos de direito. Com todas as tensões e contradições, é a escola pública o lugar onde pode ser construída uma educação que verdadeiramente lhes interesse enquanto classe.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3Ghb6dS>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4fxFFgk>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – 3ª edição**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3SpULKZ>. Acesso em: 02 ago. 2024.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sônia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Orgs.). **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

FERRAZ, Janayna de Moura. **Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 29, p. 35-51, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Dados** –

Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, p. 799-834, 2004.

IFRS. *Campus Restinga*. **Projeto político pedagógico do curso técnico em Agroecologia Modalidade PROEJA**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3nReumu>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IFRS. *Campus Restinga*. **Projeto político pedagógico do curso técnico em Comércio**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tZ2mBh>. Acesso em: 30 jun. 2024.

QUADROS, Milena Silvester *et al.* Entre margens e ancestralidades: o processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Restinga. **Cadernos de Agroecologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2017.

RAMOS, Marise. A força material do conhecimento em Trabalho e Educação nos governos ligados ao PT: contradições da disputa no Estado ampliado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 01-25, 13 abr. 2023.

RAMOS, Marise. O currículo na perspectiva de classe: desafios e possibilidades para a Educação Profissional. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 11, n. 23, 2016.